



2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 22/04/2025 **ATA APROVADA**

ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO QUARTO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada aos 22 dias do mês de abril de 2025. Às 15h18min, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), fez a abertura da presente Audiência Pública, atendendo à Lei nº 14.757 de 20 de dezembro de 2023, que "Institui a obrigatoriedade da realização de audiências públicas sobre as propostas do Poder Executivo para contratação de operações de crédito e dá outras providências", para discutir a Mensagem do Executivo nº 4.684/2025, que discute a solicitação do Executivo para contratar operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes). Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 99183-0706, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da audiência pública. Foi informado, ainda, que a Câmara Municipal concede a oportunidade a todos os participantes desta audiência pública de usar a palavra e serem ouvidos, de forma transparente e igualitária; e que cada cidadão pode expressar sua visão, inquietação, sugestão e esclarecimento sobre o tema desta audiência pública, ciente de que a responsabilidade por suas palavras é individual. O Presidente Zé Márcio Garotinho falou da ausência, por hora, do Vereador Dr. Antônio Aguiar. Passou-se para as considerações iniciais. Com a palavra, o Vereador Marlon Siqueira destacou a importância desta Audiência Pública, que determina a prestação de informações pela Prefeitura sobre a contratação de empréstimos. Ressaltou a organização da audiência a partir de perguntas previamente elaboradas para melhor condução dos trabalhos. Questionou os critérios utilizados para a escolha das obras incluídas no pacote de empréstimos, a possibilidade de alternativas ao financiamento externo, o impacto na dívida pública municipal, o plano detalhado de execução das obras, as condições do empréstimo com o Banco Nacional do Desenvolvimento (Bndes) e os mecanismos de fiscalização previstos. Ele também solicitou transparência no acompanhamento dos investimentos e manifestou preocupação com a dependência tecnológica nas soluções de governança digital, citando problemas atuais enfrentados pelo sistema Beta. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão, integrante da Comissão de Urbanismo, Transporte, Trânsito e Acessibilidade e Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, informou que todas as informações solicitadas foram devidamente respondidas e estão disponíveis para todos Vereadores, mencionando inclusive questionamentos feitos pelo Vereador Marlon Siqueira. Ressaltou que a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira analisou as respostas com atenção e que o projeto agora se encontra sob avaliação da Comissão de Urbanismo, Transporte, Trânsito e Acessibilidade, que continuará a análise com base na audiência realizada. Passou-se para os convidados da Mesa. Com a palavra, a Secretária da Fazenda, Senhora Fernanda Finnoti, apresentou a exposição oficial elaborada pela Secretaria de Governo, com dados fornecidos pelas Secretarias executoras e pela própria Fazenda. Explicou que o pacote de projetos visa preparar Juiz de Fora para os próximos 100 anos, com foco em obras estruturais essenciais, muitas vezes invisíveis à população, mas fundamentais para a expansão segura da cidade. Destacou que o financiamento foi oferecido ao Município por instituições financeiras, incluindo o Bndes, o que demonstra a boa saúde fiscal da cidade. Informou que o empréstimo será em reais, com custo limitado a 90% da taxa Selic, e com prazos longos que não comprometerão o orçamento das gestões futuras. Ressaltou que, mesmo com a contratação do crédito, todos os indicadores de endividamento permanecerão dentro dos limites prudenciais, preservando a nota de capacidade de pagamento (Capag). Explicou também que o recurso permitirá acelerar investimentos que seriam inviáveis apenas com arrecadação própria e que parte do financiamento será feito com recursos de linhas mais vantajosas, como o Fundo Clima. Ao final, informou que cada responsável técnico falará sobre os projetos específicos previstos no pacote. Com a palavra, o Senhor Lincoln Santos Lima, Presidente



2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 22/04/2025 **ATA APROVADA**

da Cesama, explicou que o primeiro projeto apresentado se trata de uma proposta que vem sendo estudada desde sua atuação na Secretaria de Obras, a pedido da Prefeita, e que agora se tornou viável graças a recursos do Bndes. O projeto consiste na implantação de uma ciclovia que ligará a Barreira do Triunfo até a Vila Ideal, percorrendo cerca de 16 quilômetros e margeando o Rio Paraibuna. Para viabilizar essa ciclovia, destacou a necessidade de promover o alargamento das margens do rio, permitindo a construção não apenas da ciclovia, mas também de pistas de caminhada, parques lineares e a ampliação da cobertura vegetal da cidade, com o plantio de árvores. Ressaltou ainda que, devido às mudanças climáticas e ao aumento das chuvas, há um agravamento dos problemas de erosão e assoreamento do Rio Paraibuna, comprometendo a vazão e aumentando os riscos de enchentes. Dessa forma, propôs a padronização da calha do rio em seu trecho urbano, com obras de contenção das margens, para resolver tais problemas e oferecer melhores condições de mobilidade e de convivência urbana. Disse que esse projeto, orçado em 150 milhões de reais, também contribui para aumentar a vazão do rio, reduzindo riscos de enchentes, especialmente nos casos em que as chuvas ocorrem abaixo da barragem de Chapéu D'Uvas, além de estar inserido no contexto do Fundo Clima, priorizando soluções baseadas na natureza. Na sequência, ele passou a tratar da necessidade de investimentos na modernização do sistema de abastecimento de água de Juiz de Fora, agora falando na qualidade de Presidente da Cesama. Informou que atualmente o sistema é composto por três estações de tratamento: São Pedro, Walfrido Machado Mendonça (CDI) e Castelo Branco, somando uma capacidade total de 2.040 litros de água por segundo. No entanto, alertou que as duas principais estações, CDI e Castelo Branco, possuem mais de 50 e 60 anos de operação, respectivamente, representando cerca de 95% da produção de água da cidade, o que impõe um grave risco de colapso em caso de falhas estruturais. Reforçou a necessidade de criar um plano de contingência para a Cesama e destacou a oportunidade estratégica de construir uma nova Estação de Tratamento de Água (ETA) ao lado da barragem de Chapéu D'Uvas, aproveitando a adutora já existente que hoje traz água bruta para a cidade. A nova ETA proposta teria capacidade inicial de 1.000 litros por segundo, com possibilidade de ampliação futura, aumentando em 50% a capacidade de produção da cidade e garantindo o fornecimento de até 3.000 litros por segundo em caso de necessidade. Além disso, permitiria a implantação da quinta adutora, que abasteceria a Região Oeste da BR-040, atendendo a loteamentos e condomínios atualmente abastecidos apenas por poços artesianos. Destacou também que a nova adutora se integraria à rede tronco existente no final da Avenida Deusdedit Salgado, reforçando o abastecimento da Zona Oeste e parte da Zona Sul da cidade, gerando uma significativa economia operacional para a Cesama, além de fortalecer o crescimento urbano de forma planejada. O Senhor Lincoln finalizou sua apresentação destacando a importância estratégica desses projetos de Juiz de Fora, tanto no aspecto da mobilidade urbana e revitalização ambiental quanto na segurança hídrica e desenvolvimento sustentável da cidade. Com a palavra, a Senhora Cidinha Louzada, Secretária de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular, apresentou a proposta de revitalização do Centro da cidade. Destacou que, além da preservação dos imóveis históricos, o Centro possui um patrimônio pouco lembrado, mas de grande valor, que são as galerias comerciais. Disse que, ao analisar o mapa urbano, verifica-se a expressiva quantidade de galerias que interligam as ruas do centro, revelando um enorme potencial desses espaços. Contou que o projeto prevê a instalação de totens informativos, que indicarão, ao pedestre, as lojas e os serviços disponíveis em cada galeria, facilitando o acesso e incentivando a circulação de pessoas entre os estabelecimentos. Ela ressaltou que o Centro representa o coração da cidade, um espaço democrático onde a vida urbana se encontra, se mistura e se movimenta, acolhendo todas as classes sociais e servindo de palco para manifestações culturais, encontros e convivência. Afirmou que revitalizar o Centro é reafirmar essa essência e promover um espaço vivo, pulsante e acessível a todos. A Senhora Cidinha observou que, nos últimos anos, o Centro sofreu com o esvaziamento, inicialmente por mudanças nos hábitos de consumo, agravado pela Pandemia e, atualmente, pela concorrência com espaços privados, como os shoppings centers. Ressaltou que, para trazer de volta

2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 22/04/2025 ATA APROVADA

o fluxo de pessoas, é necessário tornar o Centro tão acolhedor, seguro e agradável quanto os centros comerciais fechados, preservando, contudo, a riqueza da diversidade urbana e cultural que só o espaço público oferece. Informou que o projeto não se limita à requalificação de ruas e praças, mas contempla uma transformação profunda da infraestrutura. Ainda discursou que atualmente, sob o calçamento, a rede de esgoto e a drenagem pluvial estão sobrepostas, o que representa um risco à saúde pública. Acrescentou que as obras propostas irão separar essas redes, reduzindo os riscos de doenças e preparando a cidade para as próximas gerações. A segurança urbana também foi destacada como prioridade. Disse ainda que o projeto prevê a integração das câmeras de segurança de estabelecimentos comerciais à central da Secretaria de Segurança e Cidadania, permitindo o monitoramento em tempo real, 24 horas por dia, e possibilitando ações imediatas em caso de incidentes. Afirmou que o objetivo é garantir que o Centro seja um espaço seguro para passeios, trabalho, estudo e moradia. Destacou, ainda, que o estímulo à moradia no Centro é essencial para a sua revitalização, observando o crescimento da oferta de pequenos apartamentos e estúdios, voltados para estudantes e trabalhadores que buscam praticidade e mobilidade. Falou que, para consolidar esse movimento, é necessário investir em segurança, qualidade de vida, espaços públicos agradáveis e arborização. Informou que, no âmbito comercial, o projeto inclui a implantação do Centro Comercial Popular ao lado do Mercado Mascarenhas. Esse novo espaço contará com iluminação natural, áreas de convivência, boxes padronizados e modernos, além de ser interligado ao Mercado por meio de uma passarela. Explicou que também será construído um estacionamento subterrâneo com capacidade para 80 veículos, proporcionando suporte logístico adequado, com carga e descarga organizadas, sem prejudicar a fluidez do trânsito. Sobre a Avenida Getúlio Vargas, importante eixo central, disse que também será requalificada e que atualmente é caracterizada por áreas impermeabilizadas e desconfortáveis para o pedestre. Esclareceu que a avenida terá suas calçadas ampliadas, receberá arborização, pisos drenantes para redução da temperatura do solo e toda a fiação será subterrânea. Disse também que a nova organização dos pontos de ônibus trará mais conforto aos usuários e permitirá uma circulação urbana mais agradável, e que a iluminação pública será voltada prioritariamente para os pedestres, aumentando a sensação de segurança. Falou que as intervenções são fundamentadas no conceito de adaptação climática, trazendo benefícios ambientais relevantes, como a diminuição de até três graus na temperatura do solo e a mitigação dos efeitos das ilhas de calor urbanas. Afirmou que essa abordagem demonstra o compromisso da cidade em enfrentar os desafios do aquecimento global e que a proposta vai além de uma mera obra de infraestrutura. A Senhora Cidinha Louzada reforçou que a intenção é que o Centro Histórico preserve o passado, mas que esteja ativo e vibrante, com intensa circulação de pessoas, cultura, comércio, estudantes, trabalhadores e moradores, tornando-se um espaço verdadeiramente democrático, acolhedor e sustentável. Durante a apresentação, ilustrou-se a situação atual de vias como a Marechal Deodoro, evidenciando a necessidade de combate à poluição visual e a reorganização dos espaços comerciais populares, atualmente desorganizados e impactando negativamente o visual urbano. Foi demonstrado o novo modelo proposto para o comércio popular, cuja implantação terá início no dia 31 de maio deste ano. Informou que este projeto foi amplamente discutido em comissão, respeitando os espaços já existentes e buscando evitar concorrência desleal com lojistas estabelecidos. Chamou a atenção para o retorno da arborização e a construção de uma passarela coberta entre galerias, permitindo o deslocamento de pedestres de forma protegida das intempéries. Destacou que o piso será drenante e intertravado, trazendo mais conforto e melhor escoamento da água da chuva. Informou que as melhorias previstas se estendem também para a Rua Batista de Oliveira, a Rua São João e outras vias centrais, todas pautadas pelos princípios de conforto ao pedestre, arborização, infraestrutura moderna e sustentabilidade. Disse que as novas áreas contarão, inclusive, com bebedouros para animais de estimação, reforçando o conceito de cidade inclusiva para todos. Ela ainda ressaltou que o projeto de enterramento da fiação aérea promoverá maior valorização do patrimônio histórico e melhorará a paisagem urbana, especialmente nas esquinas das



2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 22/04/2025 ATA APROVADA

Ruas Marechal Deodoro, Batista de Oliveira e Avenida Getúlio Vargas, onde também serão restauradas a visibilidade de esculturas históricas da cidade. Contou que as árvores a serem plantadas no Centro Histórico serão, majoritariamente, da espécie pau-formiga, adequadas ao ambiente urbano e à recuperação ambiental da área. Por fim, informou que o investimento total para a execução do projeto será de R\$ 210 milhões, abrangendo a renovação de toda a infraestrutura central, a valorização do patrimônio histórico e a promoção da qualidade de vida, segurança, sustentabilidade e orgulho para os moradores de Juiz de Fora. Com a palavra, a Senhora Franciane Pavão, Diretora Geral do Departamento de Limpeza Urbana, apresentou informações sobre o projeto da Usina de Resíduos Sólidos Orgânicos. Informou que a Usina será responsável pela transformação de resíduos em biometano e biofertilizantes, destacando que o biometano poderá substituir o gás natural e o gás natural veicular. Disse que essa usina terá capacidade para processar 100 toneladas de resíduos por dia, com produção estimada de 6.000 m³ de biometano e 8 toneladas diárias de biofertilizantes. Explicou que o projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora e que já se encontram em andamento as providências para a obtenção da licença ambiental, licença esta necessária para posterior envio da documentação ao Bndes. Ressaltou ainda que a Usina será instalada no Distrito Industrial, com previsão de conclusão para o início de 2027. Destacou que a economia estimada para o Município será de aproximadamente R\$ 13 milhões anuais, considerando a redução de custos com aterro sanitário e combustível, o que permitiria o retorno do investimento de R\$ 40 milhões em cerca de três anos. Informou ainda que a produção de biometano permitiria o abastecimento de cerca de 50 ônibus urbanos ou grande parte da frota veicular da Prefeitura de Juiz de Fora. Salientou que o projeto é pioneiro no Brasil, sendo Juiz de Fora a primeira Prefeitura a implementar uma usina de resíduos sólidos orgânicos, o que poderá transformar o Município em polo regional para recebimento de resíduos de cidades e empresas vizinhas. Finalizou afirmando que a iniciativa demonstra o compromisso da atual gestão com o Meio Ambiente e com o futuro das próximas gerações. Passou-se a palavra novamente para a Senhora Fernanda Finotti, que finalizou a apresentação destacando que o projeto de Governança está alinhado às diretrizes do Governo Federal e às exigências do Fundo Clima, priorizando soluções baseadas na natureza. Explicou que os investimentos visam substituir despesas contínuas por ações estratégicas com retorno ambiental e financeiro superior, como a usina de biometano, que deve gerar economia anual de R\$ 13 milhões apenas com aterro, além de reduzir custos com combustível. Ressaltou os benefícios ambientais esperados, como diminuição de áreas de risco, inundações e emissão de gases poluentes. Na governança, informou que energia limpa, água e tecnologia são recursos estratégicos, com destaque para a criação da Empresa Municipal de Tecnologias, que desenvolverá sistemas próprios com Servidores Públicos e parcerias locais, garantindo soberania e autonomia. Concluiu dizendo que a modernização começará pelas áreas de Saúde e Educação, promovendo melhor atendimento à população. Com a palavra, o Senhor Rodrigo Medina, representando a Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora, parabenizou a Prefeitura e a Câmara Municipal pela realização desta Audiência Pública, destacando a importância da discussão sobre a revitalização do Centro Histórico da cidade. Ressaltou que a Associação Comercial sempre pleiteou essa iniciativa, considerando que o Centro de Juiz de Fora não é uma questão exclusiva dos lojistas, mas sim um espaço plural, que abriga não apenas o comércio, como também residências e serviços diversos. Enfatizou que o Centro não pertence apenas à Associação Comercial ou ao empresariado que ela representa, mas a toda a população da cidade. O Senhor Rodrigo também observou que ainda há questões que precisam ser melhor definidas, especialmente no que se refere ao patrimônio cultural, que deverão passar pela análise do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (Compac) e pela Comissão de uso do solo. Destacou que o projeto representa um "pontapé" inicial em uma iniciativa de grande relevância e necessidade para Juiz de Fora. Ressaltou ainda que a audiência pública teve como foco o debate sobre o pleito de financiamento da proposta, defendendo que se trata de uma dívida de alavancagem e não de consumo, capaz de gerar



2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 22/04/2025 ATA APROVADA

benefícios e retornos financeiros mensuráveis ao longo da execução e utilização do projeto. Passou-se para os Vereadores inscritos. Com a palavra, o Vereador Sargento Mello Casal apresentou uma análise técnica e financeira do projeto de revitalização do Centro, expressando preocupação com sua sustentabilidade orçamentária. Destacou oscilações entre Despesa e Receita em 2024 e um pico de gastos em janeiro de 2025, questionando possível "maquiagem contábil" para viabilizar empréstimos. Apontou aumento de Despesas de Custeio no início de 2025 e o não cumprimento de metas fiscais previstas, com déficit de R\$ 92 milhões. Solicitou esclarecimentos sobre Despesas de Capital e a aplicação da "regra de ouro", além de divergências na taxa Selic usada no projeto. Criticou a concentração dos investimentos no Centro, alertando para o abandono de regiões periféricas e industriais como a Zona Norte. Por fim, fez um apelo por mais equilíbrio na destinação dos recursos e atenção às comunidades. Com a palavra, o Vereador Negro Bússola manifestou insatisfação com a ausência de investimentos direcionados às periferias de Juiz de Fora no projeto de revitalização do Centro da cidade, que prevê R\$ 660 milhões em recursos. Reforçou sua imparcialidade e compromisso com os mais de 6 mil eleitores que o elegeram e afirmou que não compactua com discursos enganosos. Relatou a realidade precária de diversas comunidades, que seguem sem infraestrutura básica, como asfalto e saneamento. Criticou o fato de a periferia ser lembrada apenas na hora de pagar encargos e disse que há regiões abandonadas com necessidades urgentes. O Vereador ainda relatou a falta de segurança pública e infraestrutura, exemplificando com o episódio de um furto em pleno Centro da cidade. Pediu que parte dos recursos previstos para o Centro seja destinada às comunidades, defendendo que a periferia é potência e tem direito à cidadania, moradia e lazer. Finalizou pedindo que o Legislativo e o Executivo não tratem as periferias como secundárias. Pela ordem, o Vereador Pardal disse reconhecer a preocupação da Casa em validar o empréstimo proposto, destacando a importância de acompanhar as ações com cuidado. Afirmou que as propostas apresentadas pelos Secretários atendem às necessidades da cidade, incluindo a Região Central, mas também enfatizou a importância de cuidar das áreas periféricas, como a Zona Sul, mencionando sua experiência como morador dessas áreas. Elogiou o trabalho de zeladoria do Executivo, especialmente em Santa Luzia, mas alertou que os recursos municipais são insuficientes para atender todas as demandas, destacando a necessidade de ousadia para realizar as obras necessárias. Expressou confiança de que as propostas trarão benefícios para Juiz de Fora, especialmente no que diz respeito ao abastecimento de água, com a ampliação da capacidade de fornecimento por novas adutoras. Reiterou seu compromisso de trabalhar para atender as necessidades da população. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão, Presidente da Comissão de Urbanismo, Transporte, Trânsito e Acessibilidade, informou que, acompanhado do Vereador Vitinho e do Deputado Estadual Noraldino Júnior, participou de uma reunião com a Malha Regional Sudeste (MRS), na qual a empresa se comprometeu a ajudar na construção da ciclovias ao longo do Rio Paraibuna. Destacou que, se o compromisso for cumprido, a Prefeitura poderá reduzir os custos. Além disso, mencionou que uma audiência pública será realizada em 5 de maio para cobrar o cumprimento do acordo e expressou confiança no trabalho do Deputado e na importância do evento. Com a palavra, o Vereador André Mariano falou da importância do projeto para a cidade, expressando apoio ao avanço do Município, mas também levantando algumas preocupações, especialmente sobre o impacto no trânsito da cidade e a questão dos ambulantes do Centro. Ele enfatizou que sua responsabilidade como Vereador é ouvir as preocupações da comunidade, especialmente em relação ao projeto de ciclovias e à alocação do financiamento de R\$ 660 milhões. Destacou a necessidade de mais informações sobre o impacto do projeto no trânsito e sobre como o Executivo lidará com as mudanças propostas, especialmente nas áreas centrais da cidade. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado parabenizou a apresentação do projeto, mencionando que a revitalização do Centro é fundamental para a cidade, gerando empregos e renda. No entanto, também se preocupou com a acessibilidade no Centro, mencionando a falta de infraestrutura para cadeirantes no projeto apresentado. Além disso, abordou sua preocupação financeira, questionando



2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 22/04/2025 ATA APROVADA

sobre a capacidade do Município de arcar com o empréstimo de grande valor e sobre se a Secretária poderia fornecer mais informações sobre a aquisição do recurso aprovado, mencionando uma emenda que propôs para avaliar a viabilidade do pagamento do empréstimo ao longo desta gestão. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer, como Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, disse que a cidade tem condições financeiras para arcar com o empréstimo proposto, com base em um parecer detalhado da comissão. Ele enfatizou que sem financiamentos como o Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (Finisa) a cidade não teria conseguido realizar obras importantes. O Vereador também ressaltou a importância da revitalização do Centro da cidade, que beneficiará diversos bairros, e criticou a MRS por não cumprir compromissos com a infraestrutura local. Por fim, destacou a necessidade de modernizar a máquina administrativa da cidade e reafirmou seu apoio ao empréstimo, pois acredita que a cidade tem capacidade de pagá-lo sem comprometer suas finanças. O Vereador Juraci Scheffer se desculpou por não ter se inscrito previamente para falar. O Presidente Zé Márcio Garotinho, por sua vez, disse que foi por isso que ele pediu para os Vereadores se inscreverem, pois apenas três se inscreveram e essa falta de organização pode acabar prejudicando os outros que também querem se manifestar. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes expressou preocupação com o empréstimo de R\$ 660 milhões, argumentando que ele resultaria em um endividamento para a cidade, já que a população pagará 800 milhões em juros. Ela questionou a viabilidade do empréstimo, citando o histórico de dívidas e obras inacabadas das gestões anteriores, além de levantar a possibilidade de inconstitucionalidade, já que ultrapassaria os limites de endividamento previstos pela Constituição. Ela também criticou a documentação enviada pelo Executivo, considerada incompleta, e fez diversas perguntas sobre o impacto da dívida, a metodologia do cálculo e a viabilidade de buscar recursos por meio de emendas parlamentares ou do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Disse que a Câmara apenas aprova a autorização para o empréstimo, enquanto os projetos de execução são de responsabilidade do Executivo. Por fim, a Vereadora destacou vários questionamentos que gostaria que fossem respondidos, incluindo a justificativa do Executivo para contrair uma dívida de R\$1.45 bilhão sem prever a operação na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, além da documentação incompleta enviada em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ela também questionou o plano de contingência, caso o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) suba e o custo da dívida ultrapasse as projeções atuais; e o motivo de oferecer o Fundo de Participação dos Municípios como garantia, sabendo que isso poderia comprometer os serviços básicos em caso de inadimplência. A Vereadora questionou ainda a metodologia usada para afirmar que Juiz de Fora está abaixo dos limites de endividamento e pediu os dados brutos que sustentam essa afirmação. Ela levantou a necessidade de entender a previsão de retorno econômico e social mensurável para cada subprograma e se existe estudo de viabilidade para isso. Além disso, ela indagou sobre o impacto da dívida na capacidade de investimento futuro da cidade, considerando que ela se estenderá para além do final do mandato da Prefeita. A Vereadora também questionou quais empresas ou consultorias foram envolvidas no planejamento desses subprogramas e se existe risco de favorecimento. Ela indagou ainda a opção de não se buscar recursos via PAC ou emenda parlamentar e, em vez disso, contrair uma dívida tão grande. Por fim, ela pediu informações sobre o cronograma de execução das obras, os valores das Despesas de Capital e Correntes para 2024 e 2025, e o motivo pelo qual o Executivo pediu autorização para realizar essas contratações com critérios discricionários. O Presidente Zé Márcio Garotinho esclareceu para a população que acompanha pela JFTV que a Câmara não aprovará o empréstimo em si, mas apenas a autorização para a busca do financiamento. Ele destacou que os projetos de arquitetura e estrutura, bem como todos os projetos apresentados são de responsabilidade do Executivo. Reiterou que a Câmara não aprova projetos de arquitetura ou de estrutura, assim, como no caso da drenagem. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol expressou preocupações com a falta de investimentos na Região Sudeste de Juiz de Fora, que responde por 10% do IPTU da cidade, apesar do anúncio de um investimento de R\$1,9 bilhões para



2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 22/04/2025

ATA APROVADA

a cidade. Ele mencionou problemas como alagamentos, ruas sem asfalto e falta de água potável em bairros como a comunidade do Joasal. Pediu que a Prefeitura inclua mais investimentos para a região no planejamento urbano, considerando sua contribuição tributária. Concluiu afirmando que, embora o empréstimo de R\$ 660 milhões seja necessário para o desenvolvimento da cidade, a Região Sudeste também precisa ser contemplada. Pela ordem, o Vereador André Luiz Vieira expressou apoio ao empréstimo proposto, destacando que investimentos estruturais, como a melhoria da infraestrutura da cidade, são essenciais para a qualidade de vida da população, embora nem sempre gerem visibilidade imediata. Ele mencionou a importância de ações como a revitalização do Centro da cidade e melhorias na Zona Rural, como a distribuição de água potável. O Vereador ressaltou que a revitalização do Centro e o novo Mercado Municipal irão beneficiar comerciantes e atrair turistas, além de melhorar a qualidade de vida da população. Ele comparou o orçamento do Município com o orçamento doméstico, afirmando que, assim como as famílias precisam de empréstimos para grandes aquisições, o Município também depende de financiamento para realizar grandes investimentos. Concluiu dizendo que está favorável ao empréstimo, entendendo que ele é necessário para o desenvolvimento da cidade. Com a palavra, o Secretário de Governo, Ronaldo Pinto Júnior, disse que o objetivo do financiamento de R\$ 660 milhões é garantir melhorias efetivas para toda a população de Juiz de Fora, com foco na criação de uma infraestrutura sustentável e na promoção de uma cidade mais acessível e saudável, a exemplo da implantação de ciclovias. Ele também destacou a importância da transparência e do diálogo com a Câmara Municipal para a aprovação dos projetos, frisando que os recursos são fundamentais para impulsionar o desenvolvimento do Município a longo prazo. O Senhor Ronaldo reafirmou o compromisso da gestão com a participação popular em todas as etapas dos processos. O Secretário lembrou ainda que a atual gestão já assegurou R\$ 550 milhões por meio do novo PAC, dos quais R\$ 520 milhões são a fundo perdido, ou seja, não precisarão ser devolvidos. Ele classificou essa conquista como histórica para Juiz de Fora, ressaltando que os investimentos contemplarão diversas regiões da cidade. O Secretário acrescentou que, somando esses recursos aos valores que ainda estão sendo pleiteados com o Governo Federal, o volume total de investimentos poderá chegar a R\$ 1,5 bilhão ao longo dos quatro anos de gestão, sendo um marco inédito na história do Município. E para viabilizar a ampliação das obras estruturantes, o Secretário solicitou o apoio da Câmara para a aprovação do pedido de financiamento com o Bndes, o que permitirá expandir ainda mais os investimentos em infraestrutura e na melhoria da qualidade de vida da população. Em resposta aos questionamentos dos Vereadores, como os da Vereadora Roberta Lopes, que solicitou detalhes sobre prazos de início e conclusão das obras, o Senhor Ronaldo explicou que todas as intervenções exigem planejamento técnico, escuta ativa da sociedade e processos licitatórios transparentes, o que naturalmente demanda tempo e responsabilidade no uso dos recursos públicos. Ainda assim, reforçou que os projetos estão sendo desenvolvidos de maneira participativa, em diálogo constante com a população e com os parlamentares, como no caso do Mercado Municipal, onde Comerciantes, Engenheiros, Arquitetos e moradores foram ouvidos durante a elaboração do projeto de reforma. Ao finalizar sua fala, o Secretário destacou que o conjunto de investimentos não se limita a ações pontuais, mas constitui um plano estratégico integrado de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, a mobilidade urbana, a Educação, a Saúde, o Meio Ambiente e a modernização tecnológica. O objetivo, segundo ele, é transformar Juiz de Fora de maneira estruturada, com resultados a médio e longo prazo. Por fim, o Senhor Ronaldo agradeceu o espaço concedido e colocou-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas que não puderam ser respondidas durante a sessão, reafirmando o compromisso da Secretaria de Governo com a transparência, com o diálogo e com a participação social. Com a palavra, a Secretária da Fazenda Fernanda Finotti iniciou sua fala respondendo os questionamentos dos Vereadores de forma contínua, começando pelas perguntas do Vereador Sargento Mello Casal, que, segundo ela, não haviam sido registradas por escrito. Explicou que todas as contas do Município são fiscalizadas, primeiramente, pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e



2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 22/04/2025 ATA APROVADA

destacou que Juiz de Fora foi recentemente selecionada, ao lado de cidades como Uberlândia, Belo Horizonte e Contagem, para um acompanhamento mais rigoroso, com fiscalizações bimestrais. Isso significa que, além da prestação de contas anual entregue à Câmara e ao TCE, o Município passará a prestar contas a cada dois meses, o que amplia a transparência e o controle sobre a execução orçamentária. A Secretária explicou que a última Lei Orçamentária Anual (LOA) ainda foi elaborada pela Secretaria de Planejamento do Território e Participação Popular (Seppop), mas que, a partir da próxima, será construída em conjunto com a Secretaria da Fazenda, justamente para garantir que arrecadação e execução caminhem de forma alinhada. Reforçou que a gestão orçamentária no setor público difere da de um Servidor com salário fixo: cerca de 50% do orçamento aprovado depende de repasses estaduais e federais, que nem sempre são previsíveis. Como exemplo, citou a alteração na legislação do ICMS, promovida pelo Governador Zema, que resultou na perda de R\$ 30 milhões destinados à área da Educação no ano anterior. Comparou a gestão pública a uma atividade produtiva sujeita a riscos, com Receita variável e Despesas fixas. Lembrou que, no ano passado, a Administração enfrentou dificuldades com o sistema de arrecadação Beta, que impediu a cobrança do ITBI por três meses, o que exigiu um controle rigoroso do fluxo de caixa. Com as novas fiscalizações bimestrais, os Vereadores serão atualizados com maior frequência sobre essas oscilações e as medidas adotadas para manter o equilíbrio financeiro. Ao abordar a chamada "regra de ouro", explicou que ela impede que o Município se endivide acima de 11,5% da Receita Corrente Líquida. Garantiu que esse limite não será ultrapassado, mesmo que seja aprovado o novo financiamento solicitado, que ainda está em fase de discussão. Em resposta à Vereadora Roberta Lopes, explicou que, como a LOA de 2025 foi elaborada em 2024, não seria possível prever um empréstimo ainda em negociação. Caso o financiamento seja aprovado, seus impactos serão refletidos a partir das leis orçamentárias de 2026, de forma escalonada, conforme o cronograma físico e financeiro das obras. Respondendo ao Vereador Marlon Siqueira, destacou que os projetos que compõem o pacote de financiamento estão sendo desenvolvidos por Servidores da própria Prefeitura, com acompanhamento técnico semanal com o Bndes e ampla participação popular. Ressaltou que o banco exige que os projetos sejam viáveis técnica e financeiramente, já que se trata de um empréstimo e não de uma subvenção. Comentou que a liberação dos recursos ocorrerá por etapas, conforme o avanço das obras. Reforçou que a Prefeitura tem histórico de adimplência e que a garantia oferecida, uma fração do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), é a mais leve possível. Fez uma analogia entre obras públicas e infiltrações em casas, afirmando que, se não forem resolvidas a tempo, geram um custo maior no futuro. Mencionou que um investimento de R\$ 70 milhões feito de forma emergencial em 2021 poderia ser substituído por um planejamento de longo prazo, de até 100 anos, caso o novo financiamento se concretize. Citou como exemplo a recomposição da calha do Rio Paraibuna, que, além de abrigar uma ciclovia, protegerá bairros periféricos contra cheias decorrentes das mudanças climáticas. Lembrou ainda que projetos inicialmente planejados para financiamento pela Corporação Andina de Fomento (CAF) foram substituídos por investimentos do PAC, com condições mais vantajosas, sem juros e sem necessidade de amortização, o que representou um ganho expressivo para o Município. Quanto ao andamento das obras, afirmou que o principal desafio não é o limite fiscal, nem a capacidade de pagamento, mas o tempo. Em resposta ao Vereador Negro Bússola, explicou que o ciclo burocrático é longo, desde a captação até a execução, e que a equipe técnica está empenhada em viabilizar tudo dentro dos prazos estabelecidos. Ao falar sobre a usina de reaproveitamento de resíduos e lodo do esgoto, pontuou que, embora o investimento seja elevado, ele resultará em economia com aterros e permitirá a geração de energia limpa. Enfatizou que cuidar do saneamento e da gestão de resíduos é uma forma de cuidar da periferia, onde os impactos são mais intensos. Negou que o Município tenha uma dívida de R\$ 1,4 bilhão, como foi mencionado por um Vereador, esclarecendo que a dívida atual é de R\$ 660 milhões, e que os R\$ 550 milhões provenientes do PAC não configuram dívida e sim subvenção econômica. Sobre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, garantiu que todas



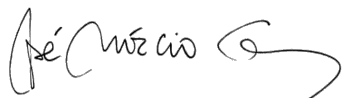
2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 22/04/2025 ATA APROVADA

as informações foram enviadas às comissões competentes e que, caso haja alguma pendência, ela será prontamente sanada. Em relação ao plano de contingência diante da taxa Selic, explicou que, como os rendimentos das aplicações do Município acompanham a mesma taxa dos empréstimos, existe um hedge natural, ou seja, um equilíbrio que protege contra oscilações. Ressaltou que, para a Prefeitura, uma alta na Selic teria impacto neutro ou até positivo, embora torça para que a taxa não suba, pois reconhece os efeitos negativos para a economia nacional. Respondendo novamente ao Vereador Mello Casal, explicou que a nota Capag, que mede a capacidade de endividamento do Município, é calculada com base em uma média de quatro anos, o que impede qualquer tipo de manipulação pontual. Acrescentou que a Prefeitura obteve com o TCE a autorização para utilizar o superávit financeiro, o que ajudou a manter o equilíbrio fiscal no final de 2024. Sobre os impactos econômicos de cada subprograma, informou que estão sendo monitorados e serão publicados no site do Bndes. Reforçou que o impacto dos investimentos é amplamente positivo e que, caso não sejam realizados agora, terão um custo muito maior no futuro. Destacou que todas as etapas estão sendo executadas por Servidores Municipais e negou haver qualquer despesa com publicidade institucional sobre os projetos, reforçando que tudo está sendo conduzido com esforço direto da equipe técnica da Administração. Ao final, respondendo ao Vereador Maurício Delgado, comentou que também foi oferecido um empréstimo pelo CAF, mas reiterou que o Município optou pelo PAC por ser uma alternativa mais vantajosa e isenta de juros. Agradeceu à Câmara pelo apoio e reafirmou seu compromisso de retornar sempre que for convocada para prestar esclarecimentos. Passou-se para as considerações finais. Com a palavra, o Vereador Marlon Siqueira solicitou o registro de um testemunho pessoal. Relatou que, durante a gestão do Prefeito Bruno Siqueira, quando atuou como Secretário de duas pastas, recorda-se vividamente do dia em que foi anunciado o financiamento via Finisa, no valor de R\$ 90 milhões de reais. Segundo ele, o Prefeito comemorou com grande entusiasmo, sendo esse, sem dúvida, um dos dias mais marcantes de sua Administração. Destacou que, à época, o país enfrentava retração econômica, com o PIB em queda, e o Governo de Minas Gerais acumulava uma dívida de aproximadamente R\$ 150 milhões de reais com a área da Saúde do Município. Contou que eram, portanto, tempos extremamente desafiadores para a gestão financeira da Prefeitura de Juiz de Fora e, diante da possibilidade atual de novo financiamento, com taxas de juros que considera até inferiores às praticadas pelo mercado, o Vereador classificou a oportunidade como valiosa. Observou que os juros são tão atrativos que, em tese, a Prefeitura poderia aplicar os recursos no mercado financeiro e obter retorno, mas que o objetivo é utilizar os valores para investimentos em infraestrutura e no desenvolvimento da cidade. Afirmou confiar que cada Vereador realizará sua análise com base nas informações técnicas e nas tabelas apresentadas, avaliando criteriosamente a destinação dos recursos. Reforçou sua crença de que a Prefeitura está seguindo o caminho correto. Citou a fala do colega Rodrigo Medina, que afirmou se tratar de um recurso que "vai fazer dinheiro" por meio de melhorias que atrairão empresas e tornarão Juiz de Fora mais atrativa para novos negócios. Ressaltou que tais investimentos resultarão na geração de emprego, renda e dignidade, frisando que o cidadão juiz-forano não busca assistencialismo, mas sim oportunidades de trabalho. Enfatizou que esse financiamento representa um passo concreto nessa direção. Finalizou parabenizando a Secretária da Fazenda, Senhora Fernanda Finotti, pela apresentação, e agradeceu também aos demais representantes do Executivo presentes, Senhor Lincoln, Senhora Franciane, Senhora Cidinha Lousada e Senhor Ronaldo pela disposição em esclarecer dúvidas, as quais, segundo ele, foram devidamente atendidas. Pela ordem, o Vereador Pardal parabenizou o Vereador Marlon Siqueira pela iniciativa da audiência pública, conforme previsto na lei de sua autoria, que determina o debate em caso de solicitação de empréstimo pelo Executivo. Recordou o financiamento de R\$ 90 milhões na gestão do Prefeito Bruno Siqueira, destacando a importância de recursos semelhantes para o desenvolvimento da cidade. Elogiou a clareza e coerência da fala do Vereador Marlon Siqueira e defendeu que os demais parlamentares se manifestem no momento da votação. Enfatizou que os recursos são essenciais para transformar Juiz de Fora e defendeu a aprovação ágil

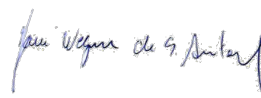


2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 22/04/2025 ATA APROVADA

do projeto. O Presidente em exercício, Vereador André Luiz Viera, ressaltou que esta Audiência Pública realizada não encerrará a discussão sobre o tema. Reafirmou, conforme mencionado pelo Vereador Pardal, que a realização desta Audiência atende à exigência legal prevista em lei, de autoria do Vereador Marlon Siqueira, que determina a realização de audiência pública sempre que o Executivo propuser projetos de financiamento. Reforçou que esta é a Casa do debate e que a matéria já se encontra em tramitação nas comissões, atualmente sob análise da Comissão de Urbanismo, Transporte, Trânsito e Acessibilidade, presidida pelo Vereador Tiago Bonecão. Informou que o projeto ainda passará por outras comissões antes de ser levado ao Plenário, onde a discussão prosseguirá até sua eventual deliberação final. Destacou, por fim, que a participação dos representantes do Executivo nesta Audiência foi fundamental para o enriquecimento do processo. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente em exercício, Vereador André Luiz Viera encerrou a Audiência Pública às 18h31min. Estiveram presentes: Senhor Ronaldo Pinto Júnior, Secretário do Governo; Senhora Cidinha Louzada, Secretária de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular; Senhora Fernanda Finotti, Secretária da Fazenda; Senhora Franciane Pavão, Diretora Geral do Departamento de Limpeza Urbana; Senhor Lincoln Santos Lima, Engenheiro, Diretor-Presidente da Cesama; Senhor Leonardo Leon, Engenheiro, representando a Secretária de Obras; Senhor Emerson Beloti de Souza, Presidente do Sindicato do Comércio (Sindicomércio); Senhor Igor Luna, representando a Secretária de Meio Ambiente; Senhor Rodrigo Medina, representando a Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora e o Engenheiro Eduardo José Modesto do Patrocínio. Compareceram os Vereadores: André Luiz Gomes Mariano (André Mariano), André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira), Aparecida de Oliveira Pinto (Cida Oliveira), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Carlos José de Souza (Fiole), Jefferson da Silva Januário (Negro Bússola), João Evangelista de Almeida (João do Joaninho), João Wagner de Siqueira Antoniol (João Wagner Antoniol), José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), Juraci Scheffer, Kátia Aparecida Franco (Kátia Franco), Laiz Perrut Marendino (Laiz Perrut), Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado), Luiz Otávio Fernandes Coelho (Pardal), Marcelo Vitor Mendes Condé (Dr. Marcelo Condé), Marlon Siqueira Rodrigues Martins (Marlon Siqueira), Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado), Roberta Lopes Alves (Roberta Lopes), Tiago Rocha dos Santos (Tiago Bonecão) e Victor Paulo de Oliveira (Vitinho). Para constar, Amanda Krass Vaz de Melo, Superintendente de Registros e Normatização Legislativa, lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 19 de maio de 2025.



José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal



João Wagner de Siqueira Antoniol
1º Secretário

